

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº:/202...

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 164956/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº/202...

VIGÊNCIA: 02 (DOIS) MESES

VALOR: R\$

Aos.....dias do mês de do ano de....., a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA**, com sede na cidade de Olímpia/SP, na Praça Rui Barbosa, nº 54, Patrimônio de São João Batista, CEP: 15400-081, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.596.151/0001-55, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de de de, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representado(a) por (nome e função no CONCESSIONÁRIA), **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 164956/2026**, em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, A TÍTULO ONEROSO, DE ÁREA DELIMITADA LOCALIZADA NA PRAÇA DE ATIVIDADES FOLCLÓRICAS “PROFESSOR JOSÉ SANT’ANNA” (RECINTO DO FOLCLORE), DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, CONTROLE DE FLUXO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS DURANTE O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO 62º FESTIVAL DO FOLCLORE DE OLÍMPIA/SP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÍNIMO	VALOR TOTAL
01	CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO DE ÁREA ABERTA DEMARCADA, LOCALIZADA NA PRAÇA DE ATIVIDADES FOLCLÓRICAS PROFESSOR JOSÉ SANT’ANNA, DESTINADA À INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESTACIONAMENTO DE	2.01.11.19 29-9	SERVIÇO	01	R\$ 25.000,00	

	VEÍCULOS MOTOCICLETAS	E					
--	--------------------------	---	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONCESSIONÁRIA;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONCESSIONÁRIA, previstas neste instrumento.

2.3. O CONCESSIONÁRIA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONCESSIONÁRIA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. Regime de Execução:

3.1.1. Não se aplica regime de execução contratual típico de engenharia ou prestação de serviços continuados, tratando-se estritamente de Concessão de Uso Onerosa de Bem Público, regida pelo direito administrativo e subsidiariamente pelas regras de ocupação de solo urbano.

3.2. Condições de execução:

3.2.1. Condições de Execução e Normas Técnicas:

3.2.1.1. A área de estacionamento deverá estar permanentemente limpa, livre de obstáculos perigosos, com as vagas nitidamente demarcadas no solo e com sinalização vertical indicativa de entradas, saídas, velocidade máxima permitida (10 km/h) e sentidos de circulação.

3.2.1.2. Conformidade Mandatória: As instalações elétricas temporárias das guaritas e refletores deverão atender às normas ABNT NBR 5410. A operação deverá cumprir as diretrizes de segurança do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) aplicadas a áreas de estacionamento privado de uso coletivo e as Normas Regulamentadoras do Trabalho aplicáveis.

3.2.1.3. Como condição obrigatória para início da operação do estacionamento, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à Fiscalização do Contrato:

3.2.1.3.1. Croqui/Plano de Fluxo e Orientação de Tráfego Interno aprovado pelo órgão municipal de trânsito, focando na agilidade dos guichês de entrada;

3.2.1.3.2. Laudo de conformidade das instalações elétricas temporárias (guichês e iluminação de pátio), incluindo aterramento;

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

3.2.1.3.3. Comprovante de instalação de iluminação de emergência e extintores de incêndio do tipo PQS nas guaritas e cabines de cobrança inicial;

3.2.1.3.4. Relação nominal da equipe de vigilância interna e orientadores, devidamente uniformizados;

3.2.1.3.5. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Garagista vigente, abrangendo coberturas contra incêndio, queda de objetos, colisão, furto e roubo total de veículos e motocicletas sob sua guarda, com teto de cobertura global mínimo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), permanecendo válida durante todo o período de montagem, operação e desmontagem da estrutura.

3.2.1.4. Justificativa do Valor do Seguro: O montante mínimo de R\$ 700.000,00 demonstra-se estritamente proporcional e justificado devido à capacidade simultânea do pátio (792 veículos) sob regime ininterrupto de 24 horas durante o 62º Festival do Folclore de Olímpia. Tendo em vista o alto valor agregado dos patrimônios privados sob guarda da CONCESSIONÁRIA e os riscos inerentes a sinistros coletivos (como incêndios de grandes proporções no pátio ou arrastões), o montante fixado reflete o mínimo prudencial exigido no mercado de grandes eventos para salvaguardar os usuários e isentar o município de responsabilidades civis subsidiárias.

3.2.1.5. A abertura do estacionamento ao público ficará condicionada à aprovação documental e operacional pela fiscalização municipal.

3.2.1.6. Autossuficiência Elétrica Complementar: Fica a cargo da CONCESSIONÁRIA a puxada e distribuição de energia elétrica interna para os seus guichês a partir do ponto fornecido pela prefeitura, responsabilizando-se por eventuais geradores nobreak para os computadores e cancelas, garantindo que o sistema eletrônico não sofra interrupções e cause lentidão nas vias de acesso externas.

3.2.1.7. Regras Sanitárias e Posturas: Fica proibido o acampamento de funcionários, montagem de churrasqueiras ou permanência de animais de rua ou de propriedade dos operadores nas dependências do estacionamento.

3.2.1.8. Limitação Sonora: Os orientadores deverão utilizar apitos de forma moderada, ficando proibido o uso de megafones ou caixas acústicas para chamada de placas, de forma a não interferir na acústica dos palcos e apresentações folclóricas.

3.2.2. Local e Horário:

3.2.2.1. Local: Área destinada a estacionamento na Praça de Atividades Folclóricas "Professor José Sant'Anna", Olímpia/SP.

3.2.2.2. Período: De 01 a 09 de agosto de 2026.

3.2.2.3. Horário: Regime ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas por dia, iniciando-se a contagem operacional a partir das 07h00 do dia 01/08/2026 até as 12h00 do dia 10/08/2026.

3.2.2.4. Cronograma de Ocupação: Limpeza, marcação e instalação dos guichês autorizadas a partir de 27/07, devendo estar 100% finalizadas e testadas até as 18h00 do dia 31/07. Desmontagem, pintura de cobertura de solo (se aplicável) e retirada total das estruturas de 11/08 até 13/08.

3.2.2.5. Das Obrigações da Administração: Entregar a área limpa e delimitada; exercer fiscalização diária com poder de notificação imediata; prestar apoio através dos

agentes municipais de trânsito na organização dos fluxos viários externos de entrada e saída nas avenidas de acesso ao Recinto.

3.2.2.6. Das Obrigações do Vencedor: Arcar com todos os custos operacionais, trabalhistas e fiscais; obter Alvará de Licença Provisório e de Funcionamento; manter equipe técnica e orientadores de plantão nas entradas e pátio. Fica expressamente vedada a sublocação total ou parcial da área demarcada.

3.2.3. Dimensionamento Mínimo de Estrutura Operacional Exigida

3.2.3.1. A concessIONÁRIA deverá disponibilizar, no mínimo:

3.2.3.1.1. Sinalização tátil/visual refletiva para demarcação de eixos de fluxo e divisão de todas as 792 (setecentas e noventa e duas) vagas nominais demarcadas destinadas ao público geral (veículos e motocicletas), além da área reservada isolada para os 10 caminhões/carretas do parque;

3.2.3.1.2. Mínimo de 02 (dois) portões independentes operando simultaneamente como vias de Entrada de veículos (equipados com cabines duplas de arrecadação para agilizar a cobrança antecipada) e 02 (dois) portões operando livremente como via de Saída sem retenção;

3.2.3.1.3. Sistema informatizado de emissão de tíquetes integrados aos pontos de cobrança nas portarias de acesso;

3.2.3.1.4. Equipe de campo composta por, no mínimo, 10 (dez) orientadores de pátio por turno vespertino/noturno e 04 (quatro) fiscais de ronda motorizada.

3.3. TABELAMENTO DE PREÇOS MÁXIMOS PERMITIDOS (POLÍTICA TARIFÁRIA):

3.3.1. Fica terminantemente proibida a cobrança de valores superiores aos tetos estabelecidos nesta cláusula, configurando crime contra a economia popular e infração contratual gravíssima a prática de preços abusivos.

3.3.2. Tarifa para Automóveis (Carros e Caminhonetes):

3.3.2.1. Preço único por acesso/diária, cobrado no ato da entrada, limitado ao teto máximo de R\$ 30,00 (trinta reais) para todos os dias do evento, sem distinção entre dias de semana, finais de semana ou feriados.

3.3.3. Tarifa para Motocicletas e Ciclomotores:

3.3.3.1. Preço único por acesso/diária, cobrado no ato da entrada, limitado ao teto máximo de R\$ 10,00 (dez reais) para todos os dias do evento, sem distinção entre dias de semana, finais de semana ou feriados.

3.3.4. Isenções Obrigatórias: Fica garantido o acesso inteiramente gratuito, livre de qualquer cobrança tarifária, para viaturas oficiais (Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Fiscalização Municipal, Ambulâncias) e veículos de prestadores de serviços logísticos da Prefeitura que estejam devidamente identificados com adesivo oficial do evento ou credencial emitida pela Comissão Organizadora.

3.4. Modelo de gestão do contrato:

3.4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

3.4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONCESSIONÁRIA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONCESSIONÁRIA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONCESSIONÁRIA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.5. Fiscalização:

3.5.1. O fiscal deverá acompanhar o contrato e fiscalizar sua execução, registrando todas as ocorrências relacionadas determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

3.5.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.5.3. A fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

3.5.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do CONCESSIONÁRIA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONCEDENTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

3.6. Gestor do Contrato:

3.6.1. O gestor deverá acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

3.6.2. A gestão do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

3.7. Regras de Uso dos Espaços e Zeladoria

3.7.1. Fica estritamente estabelecido que as guaritas de atendimento e guichês de arrecadação do estacionamento deverão, obrigatoriamente, ser em módulos estruturais do tipo contêiner termoacústico ou em estruturas modulares de fechamento padrão (Octanorm), visando garantir a segurança dos operadores, a higiene e a padronização estética do evento. Não será permitida a utilização de tendas de lona improvisadas ou estruturas de madeira.

3.7.2. A prefeitura não se responsabilizará pela guarda de quaisquer equipamentos ou valores em espécie mantidos nos guichês da CONCESSIONÁRIA. Fica proibido o

pernoite de funcionários em barracas ou estruturas improvisadas no interior do pátio do estacionamento.

3.7.3.A CONCONCESSIONÁRIA deverá emitir e disponibilizar, sem qualquer ônus para o Município, o total de 300 (trezentas) credenciais oficiais de estacionamento, cuja arte gráfica e especificações de segurança serão fornecidas pela Comissão Organizadora do evento.

3.7.4.Em atenção às necessidades de gestão e controle de fluxo da Comissão Organizadora, o montante total de 300 credenciais poderá ser desmembrado e emitido em duas modalidades distintas, a critério da Administração.

3.7.5.Credenciais Permanentes: Válidas para livre acesso e trânsito durante todos os 9 (nove) dias de realização do festival, destinadas principalmente a trabalhadores fixos, concessionários do parque, empresários de estandes e barraqueiros da praça de alimentação.

3.7.6.Credenciais Diárias (Modulares): Válidas exclusivamente para a data específica gravada em seu corpo gráfico, destinadas a prestadores de serviços temporários, patrocinadores e autoridades convidadas para dias isolados, perdendo a validade imediatamente após o encerramento do respectivo dia operacional.

3.7.7.As referidas credenciais, em quaisquer de suas modalidades (permanente ou diária), serão distribuídas e validadas exclusivamente pela Comissão Organizadora.

3.7.8.Os veículos portadores destas credenciais oficiais terão direito ao acesso, manobra e permanência no estacionamento, sem sofrer qualquer tipo de cobrança tarifária na entrada ou retenção de fluxo, desde que a credencial esteja visível no para-brisa do automóvel e dentro do respectivo prazo de validade.

3.7.9.Adicionalmente, fica estabelecido que o pátio operacional deverá comportar e acomodar até 10 (dez) carretas/caminhões de grande porte pertencentes ao concessionário do parque de diversões. Fica expressamente consignado que o espaço para acomodação destes veículos pesados não integrará e não interferirá nas 792 (setecentas e noventa e duas) vagas demarcadas e destinadas ao público geral.

3.7.10.O vencedor do certame deverá limpar toda a área de sua responsabilidade antes de se retirar do Recinto após o término do evento, visto que, deverão apresentar a área limpa ao Fiscal dos Serviços (elencado no Modelo de Gestão de Contrato) para ser permitida a saída.

3.7.11.A liberação para a retirada definitiva de equipamentos do concessionário, a partir do dia 10/08/2026, ficará condicionada à emissão do Termo de Vistoria de Devolução de Espaço, a ser assinando eletronicamente ou fisicamente pela Fiscal do Contrato, atestando que o local foi entregue limpo, desmarcado (sem resíduos de tintas prejudiciais ao piso) e sem danos estruturais ao solo ou cercas.

3.8.Diretrizes Gerais de Operação

3.8.1.Toda a emissão de comprovantes de pagamento e tíquetes de controle de acesso deve ocorrer no ato da entrada por meio eletrônico e material descartável ou digital (QR Code ou código de barras), servindo como comprovante fiscal de acesso e termo de guarda de bens.

3.8.2.Todos os equipamentos necessários para a operação e realização dos serviços propostos serão de responsabilidade da empresa, incluindo material para demarcação

de solo, placas de sinalização indicativas, refletores de iluminação suplementar, rádios de comunicação (rádios HT), uniformes e EPIs para a equipe de orientadores de pátio.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É terminantemente vedada a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial será admitida apenas para serviços de apoio logísticos secundários (segurança privada/vigilância, limpeza de pátio, locação de equipamentos de automação), permanecendo a CONCESSIONÁRIA como única e integral responsável perante o Município.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (Valor por extenso)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O valor total do lance vencedor ofertado na sessão pública do Pregão Eletrônico deverá ser pago integralmente à vista (100%), em cota única, por meio de guia de recolhimento oficial emitida em favor da Fazenda Municipal de Olímpia.

6.2. PRAZO PEREMPTÓRIO: O pagamento deverá ser efetuado impreterivelmente até o 3º (terceiro) dia útil subsequente à data de homologação e encerramento do certame licitatório.

6.3. O atraso ou a ausência de compensação bancária do pagamento no prazo estipulado ensejará a desclassificação imediata do licitante, perda do direito de ocupação do lote, aplicação de multa compensatória de 20% sobre o lance formulado e convocação do licitante classificado em posição subsequente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente CONCESSIONÁRIAS são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/06/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONCESSIONÁRIA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONCEDENTE, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONCEDENTE pagará ao CONCESSIONÁRIA a importância calculada pela última

variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5.Fica o CONCESSIONÁRIA obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.6.Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7.Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8.CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

8.1.São obrigações do CONCEDENTE:

8.1.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONCESSIONÁRIA, de acordo com o contrato e os estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

8.1.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3.Notificar o CONCESSIONÁRIA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONCESSIONÁRIA;

8.1.5.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6.Aplicar ao CONCESSIONÁRIA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7.Não praticar atos de ingerência na administração do CONCESSIONÁRIA, tais como:

8.1.8.indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONCESSIONÁRIA;

8.1.9.fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONCESSIONÁRIA;

8.1.10. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONCESSIONÁRIA;

8.1.11.definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.12.demandar a funcionário do CONCESSIONÁRIA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.13.prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONCESSIONÁRIA.

8.1.14.Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONCESSIONÁRIA;

8.1.15.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.16.A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.17.Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONCESSIONÁRIA no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.18.Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.19.Comunicar o CONCESSIONÁRIA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONCEDENTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONCESSIONÁRIA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONCESSIONÁRIA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

9.1.O CESSIONÁRIO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e dos estabelecidos em edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONCEDENTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro da Prefeitura da Estância Turística de Olímpia, o CESSIONÁRIO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1.prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2.certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3.certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CESSIONÁRIO;

- 9.5.4.Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5.Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6.Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONCEDENTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7.Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8.Paralisar, por determinação do CONCEDENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9.Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11.Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONCEDENTE;
- 9.15.Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16.Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17.Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18.Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19.Submeter previamente, por escrito, ao CONCEDENTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONCEDENTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONCEDENTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONCEDENTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CESSIONÁRIO relatar ao CONCEDENTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. **Obrigações Adicionais do cessionário:**

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

9.35.1. Conhecer e respeitar as legislações de trânsito brasileiras (CTB) e as posturas municipais vigentes concernentes à circulação e guarda de veículos.

9.35.2. Deverá ser possibilitado o pagamento por meio de quaisquer meios legais e compatíveis com o mercado, incluindo obrigatoriamente: dinheiro em espécie, cartões de débito, cartões de crédito e PIX.

9.35.3. É de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** todas as despesas e riscos atinentes à montagem, demarcação e exploração da atividade comercial, inclusive de segurança e sinalização, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e de trânsito, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a Prefeitura de Olímpia. Fica sob inteira responsabilidade da licitante vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações (orientadores de portaria, caixas de entrada, fiscais de pátio), devendo arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes da exploração da atividade.

9.35.4. Utilizar o local exclusivamente para a destinação determinada no edital (estacionamento), sendo vedada a comercialização de qualquer outro produto, publicidade não autorizada ou a instalação de vendedores ambulantes no perímetro concedido.

9.35.5. Não suspender suas atividades de controle e operação durante o horário de funcionamento fixado (regime 24h) sem prévia e expressa autorização da prefeitura.

9.35.6. Reitere-se que a **CONCESSIONÁRIA** ficará responsável por eventuais danos causados aos bens públicos disponibilizados nos locais (postes de iluminação, guias, sarjetas, cercas e portões), devendo reparar de imediato sob pena de pagamento dos valores do bem deteriorado.

9.35.7. A Prefeitura poderá a qualquer tempo durante o evento emitir notificação para correção de atitudes dos operadores ou melhoria na sinalização de fluxo, sendo que a mesma tem efeito imediato e seu descumprimento incidirá nas sanções cabíveis.

9.35.8. Havendo contratos de patrocínio institucional de marcas oficiais do evento, a **CONCESSIONÁRIA** deverá respeitar e permitir a fixação de material publicitário do patrocinador oficial nas barreiras, cancelas e uniformes, se assim solicitado pela Comissão Organizadora.

9.35.9. Respeitar o som ambiente das apresentações culturais do festival. Fica proibida a utilização de sistemas de som nas guaritas ou pátio que emitam ruídos acima de 60 decibéis, bem como a utilização de buzinas ou alarmes contínuos pelos operadores.

9.35.10. Das Vagas Reservadas por Lei (Acessibilidade Obrigatória): A **CONCESSIONÁRIA** deverá reservar, sinalizar e manter permanentemente desimpedidas, para uso exclusivo, as vagas destinadas a idosos, pessoas com deficiência (PCD) e autistas (TEA), em estrita conformidade com a legislação federal e a Lei Municipal nº 5.072/2025 vigentes:

9.35.10.1. Fica estabelecida a reserva de 5% (cinco por cento) do total das vagas para o estacionamento de veículos conduzidos por idosos ou que os transportem, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), totalizando o mínimo de 40 (quarenta) vagas.

9.35.10.2.Fica estabelecida a reserva de 2% (dois por cento) do total das vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, nos termos do art. 47 da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), totalizando o mínimo de 16 (dezesesseis) vagas.

9.35.10.3.Fica estabelecida a reserva de 1% (um por cento) do total das vagas para veículos que transportem pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 5.072/2025, totalizando o mínimo de 08 (oito) vagas.

9.35.10.4.As vagas de que tratam este item deverão ser posicionadas de forma a garantir a maior proximidade possível dos portões de acesso principal do público ao Recinto, devendo ser devidamente identificadas com a sinalização horizontal e vertical regulamentar (padrão CONTRAN).

9.35.10.5.A utilização das referidas vagas fica condicionada à exibição, no painel do veículo, da credencial emitida pelo órgão de trânsito competente, cabendo à CONCESSIONÁRIA a fiscalização e orientação dos usuários, sem prejuízo da cobrança regular da tarifa fixada no item 3.3.

10.CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1.As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3.É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4.A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CESSIONÁRIO.

10.5.Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONCESSIONÁRIA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6.É dever do CESSIONÁRIO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7.O CESSIONÁRIO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONCESSIONÁRIAS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8.O CONCEDENTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CESSIONÁRIO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9.O CESSIONÁRIO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONCEDENTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10.Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1.Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11.O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12.Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1.Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1.Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CESSIONÁRIO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.Serão aplicadas ao CESSIONÁRIO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

- I. **Advertência**, quando o CESSIONÁRIO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. **Multa:**
- (1) Moratória, para as infrações descritas na alínea “d”, de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do lance arrematado, até o limite de 10 (dez) dias, cuja persistência ensejará a rescisão unilateral da concessão com perda dos valores pagos.
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de 20% (vinte por cento) do valor do lance arrematado.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor do lance arrematado.
 - (4) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) do valor do lance arrematado.
 - (5) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor do lance arrematado.
 - (6) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor do lance arrematado.
 - (7) Para os fins de aplicação das multas compensatórias previstas nos subitens anteriores e visando a adequação às peculiaridades operacionais do 62º Festival do Folclore de Olímpia, as infrações contratuais cometidas no Recinto serão enquadradas de acordo com a sua natureza e gravidade, conforme a seguinte gradação:
 - (8) **INFRAÇÕES LEVES:** Sujeitam o CONCESSIONÁRIA à multa compensatória prevista no subitem (6) (10% sobre o valor do lance arrematado) por ocorrência, após o desatendimento de Notificação de Advertência prévia:
 - a) Permitir o estacionamento de veículos fora das faixas demarcadas, gerando desorganização ou obstruindo corredores de manobra;
 - b) Desatender os padrões de higiene e uniformização dos operadores de caixa e orientadores de tráfego;

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

- c) Não disponibilizar lixeiras adequadas nas proximidades dos guichês ou deixar de realizar o descarte diário dos resíduos recolhidos no pátio;
 - d) Deixar de afixar placas informativas com o valor regulamentar das tarifas máximas permitidas na entrada de cada portão;
 - e) Demorar para emitir o tíquete de acesso manual quando houver falhas técnicas temporárias nas cancelas automáticas.
- (9) **INFRAÇÕES MÉDIAS:** Sujeitam o CONCESSIONÁRIA à multa compensatória prevista no subitem (5) (10% sobre o valor do lance arrematado) por ocorrência:
- a) Utilizar sinalizações viárias provisórias (faixas, cavaletes) rasgadas, ilegíveis ou fora do padrão visual estipulado pela organização do evento;
 - b) Utilizar rádios comunicadores ou alarmes sonoros nas guaritas em potências elevadas que interfiram nas transmissões ou apresentações culturais do festival;
 - c) Utilizar cabeamento elétrico exposto ou sem canaletas de proteção nos pontos de travessia de pedestres e pneus de veículos;
 - d) Deixar de manter as vagas reservadas a idosos e PCDs devidamente desimpedidas para o público preferencial;
 - e) Registrar lentidão excessiva e formação de filas de veículos que alcancem as vias públicas externas por insuficiência de operadores nos guichês de entrada.
- (10) **INFRAÇÕES GRAVES:** Sujeitam o CONCESSIONÁRIA à multa compensatória prevista no subitem (4) (15% sobre o valor do lance arrematado) por ocorrência:
- a) Praticar preços superiores aos máximos estabelecidos nas tabelas tarifárias (Item 3.3.2 e 3.3.3), gerando denúncias fundamentadas de abusividade;
 - b) Suspender as atividades de triagem ou fechamento do pátio durante as 24 horas obrigatórias sem autorização por escrito da comissão organizadora
 - c) Negar acesso injustificado ou realizar cobrança indevida de veículos oficiais isentos previstos no edital;
 - d) Apresentar falhas ou recusas sistêmicas na aceitação de qualquer uma das modalidades obrigatórias de pagamento (cartão ou PIX);
 - e) Não acionar a cobertura de seguro ou criar embaraços administrativos para o ressarcimento de usuários lesados por pequenos sinistros (batidas/furtos parciais) ocorridos internamente.
- (11) **INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS:** Sujeitam o CONCESSIONÁRIA à multa compensatória prevista nos subitens (2) ou (3) (20% sobre o valor do lance arrematado), cumulada com a rescisão imediata do ajuste:

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

- a) Subcontratar, ceder, locar, sublocar ou transferir a qualquer título (oneroso ou gratuito) a gestão do estacionamento público objeto do certame;
- b) Praticar atos de vandalismo ou desacato contra os agentes públicos da organização, equipe de fiscalização ou transeuntes;
- c) Operar o estacionamento sem a vigência, regularidade ou liquidação da apólice de seguro garagista obrigatória exigida no item 3.2.1.3.

(12) DO PODER DE POLÍCIA OPERACIONAL EM CAMPO: Sem prejuízo do regular processo administrativo para aplicação definitiva das sanções financeiras reguladas nesta cláusula, fica a Fiscalização do Contrato autorizada a adotar as seguintes medidas acautelatórias imediatas no Recinto do Folclore, visando preservar a ordem e a segurança do evento:

- a) Determinar a abertura compulsória das cancelas e a liberação temporária gratuita do acesso aos usuários sempre que a fila de veículos externos gerar risco iminente de acidentes na malha viária urbana adjacente;
- b) Reter provisoriamente equipamentos de arrecadação manual que estejam comprovadamente sendo operados com tarifas acima do tabelamento oficial, lavrando-se o termo de ocorrência;
- c) Determinar a retomada compulsória imediata da área pública nos casos comprovados de subcontratação ou cessão a terceiros.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONCEDENTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONCEDENTE ao CESSIONÁRIO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONCESSIONÁRIA, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

como os cadastrados pela empresa no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

12.7. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONCEDENTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do CONCESSIONÁRIA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CESSIONÁRIO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O CONCEDENTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do CESSIONÁRIO para com a Administração CONCEDENTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONCESSIONÁRIA possua com o mesmo órgão ora CONCEDENTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1.O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2.O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONCEDENTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3.A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CESSIONÁRIO pelo CONCEDENTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4.Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONCESSIONÁRIA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1.Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2.Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3.Das indenizações e multas.

13.10.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11.O CONCEDENTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CESSIONÁRIO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2.nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CESSIONÁRIO decorrentes do contrato.

13.12.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CESSIONÁRIO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONCEDENTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONCESSIONÁRIA é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONCEDENTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. O presente Contrato de Concessão não acarretará qualquer ônus financeiro diretos ou desembolso de recursos públicos por parte da PREFEITURA, razão pela qual resta dispensada a indicação de dotação orçamentária para a sua execução, nos termos da legislação vigente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. Fica determinado como gestor do contrato a servidora Sra. Graziela de Souza Mendes, Diretora Administrativa, e-mail: gmendes@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3281-8741 e para fiscalizar o contrato ficará a cargo da servidora Sra. Camila Reale Thereza Gameiro, Diretora da Divisão de Festivais e Eventos, e-mail: creale@olimpia.sp.gov.br.

17.2. Estes servidores deverão fiscalizar e acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, consoante do disposto no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONCEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021,

bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Olímpia como único competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

OLÍMPIA, de de 202.....

REPRESENTANTE LEGAL
SECRETARIA MUNICIPAL

REPRESENTANTE LEGAL
RAZÃO SOCIAL